

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-
mas Latino-Americanos**

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Violência intrafamiliar do micro ao macrossistema: uma perspectiva bioecológica para pensar a educação

Rosa Elena Bueno; e-mail: rosaelbueno@yahoo.com.br; Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Araci Asinelli-Luz; e-mail: araciasinelli@hotmail.com; Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Adão Aparecido Xavier; e-mail: adaopolen@ibest.com.br; Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Aline do Rocio Neves; e-mail: alinedorocioneves@gmail.com; Pontífica Uni Católica (PUC-PR)

Marlene Schussler D'Aroz; e-mail: darozmarlene@gmail.com; Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

O presente artigo emerge como fruto do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, ofertado pela Secretaria Educação do Estado do Paraná (SEED / PR) Brasil (2013). Elaborou-se um projeto cujo tema inicialmente versou sobre o ensino de “Literatura em Interfaces com Direitos Humanos”. Envolveu alunos do Ensino Médio, bem como comunidade intra e extraescolar, lideranças comunitárias e representantes das instâncias colegiadas. Como metodologia para nortear as discussões, foi utilizado o filme e o romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado (1937), que narra a história dos meninos de rua em Salvador na década de trinta e as estratégias de sobrevivência, dentre outros assuntos como o sincretismo religioso, prostituição, a epidemia da varíola, o comunismo e as diversas manifestações de violências no ambiente intra e extrafamiliar. Os debates sobre violação de Direitos Humanos, desde o micro- ao macrossistema foram delineados a partir do paradigma bioecológico proposto por Bronfrenbrenner (2011). Espera-se sensibilizar sobre a importância de todos e todas se envolverem efetivamente no desenvolvimento (social, cultural, afetivo e cognitivo), de crianças e adolescentes, visando à edificação de subjetividades humanizadas.

Introdução

Esse artigo traz uma abordagem sintetizada fruto da implementação do projeto de intervenção pedagógica elaborado durante a participação em curso de formação continuada pelo Programa de Desenvolvimento Educacional(PDE), ofertado aos professores pertencentes ao Quadro Próprio de Magistério, concursados para atuar na docência da rede pública de ensino no estado do Paraná, 2012. Trata-se de uma proposta de formação continuada para a qual o professor fica um ano afastado 100% das atividades docentes para se dedicar aos estudos, e um ano afastado com 25% da

carga horária para a implementação do projeto e do caderno temático ou pedagógico elaborado durante a participação no PDE. Recebe no final um certificado que referenda 960 horas para promover ao terceiro nível do plano de carreira.

O PDE requer do professor além da elaboração do plano de intervenção, a confecção de um caderno temático ou pedagógico contendo os assuntos propostos e atividades sugeridas para serem trabalhadas com alunos, com equipes multidisciplinares, com instâncias colegiadas, ou com alunos em sala de aula. O professor participa de um processo seletivo para cuja aprovação é necessário ter participado do Grupo de Trabalho em Rede – GTR, outra oferta de formação na modalidade à distância, também são somados os títulos oriundos de certificados que comprovam a participação em cursos na área da educação, bem como o tempo de trabalho docente.

O GTR é ofertado por professor participante do PDE, constitui a possibilidade de aplicar na prática cotidiana as propostas constantes no projeto de intervenção. Ao ser aprovado, o professor participante do PDE fica por um ano 100% afastado das atividades para estudar, e um ano para implementar, verificar resultados, ofertar um GTR com o assunto que propôs na elaboração do projeto de intervenção e produzir um artigo final para publicação. Geralmente, a orientação aos estudos é realizada por um(a) orientador(a) vinculado a Instituição de Ensino Superior (IES).

A proposta que será aqui apresentada se insere no campo da literatura a partir de uma proposta transdisciplinar. A literatura oferece não somente a possibilidade de fazer um trabalho de ensino e aprendizagem articulado às demais áreas de conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a história, a arte, a língua estrangeira moderna, mas também às disciplinas das ciências exatas. Também os assuntos presentes em textos literários tais como contos, crônicas, romances, poesia, como em outros gêneros discursivos, podem ser correlacionados aos direitos humanos.

Visando a sensibilizar os educandos para a participação engajada nas discussões propostas, optou-se por utilizar o filme lançado em 2011 por Cecilia Amado, neta de Jorge Amado, intitulado “Capitães da Areia”. O filme faz uma adaptação do romance de mesmo nome, lançado pelo escritor em 1937. Neste período, a literatura está profundamente marcada por uma estética de denúncia social. Os artistas retratam em suas obras a situação de miséria vivenciada por pessoas marginalizadas, que viviam em condições de vulnerabilidade social, de violação a direitos humanos.

A segunda geração do Modernismo Brasileiro, contexto de produção dos “Capitães da Areia”, marca um período no qual o Brasil vivenciava os reflexos da ditadura no cenário internacio-

nal e nacional. Jorge Amado sofreu com a repressão do governo Getúlio Vargas, que não aceitou a publicação do romance. Muitas cópias foram queimadas em praça pública. Em 1937, finalmente é publicada e as histórias de vida dos meninos de rua de Salvador vêm à tona, a partir da ótica das crianças abandonadas. Cada personagem representa um arquétipo humano, traz na aparência física e nos aspectos psicológicos características que ilustram como ocorreu a edificação de suas subjetividades, em constantes interações com o ambiente físico e social, dentro de condições socioeconômicas extremamente desfavoráveis a um desenvolvimento humano bioecologicamente saudável.

O conceito de bioecologia será utilizado para fundamentar melhor o debate sobre a formação humana a partir de reflexões propostas por Bronfrenbrenner (2011). Considera-se assim que o desenvolvimento humano consiste em uma equação cujas variáveis são resultantes do produto entre a pessoa e o ambiente no qual ocorre a interação: $D=f(PA)$. Os ambientes podem ser classificados em microsistemas, os quais compreende o contexto imediato onde a pessoa se encontra como o lar, o lar de tios, tias, avós e demais familiares, a casa dos amigos, dos vizinhos, a igreja, a escola, todos os espaços por onde a pessoa transita.

A mediação da pessoa com o meio é considerado o mesossistema. Há outrossim locais nos quais não se transita fisicamente no plano concreto, mas que influenciam na construção mental dos esquemas representativos por meio das interações interpessoais. Assim o local de trabalho dos familiares, dos parentes dos vizinhos, são locais pelos quais não se transita necessariamente, mas ao conversar ou ouvir-se falar sobre, princípios e valores são construídos no plano intrapsíquico, que é interno ao sujeito. Abre-se um campo de imaginação que permite à pessoa em análise construir uma subjetividade edificada a partir do que foi denominado de exossistema.

O microsistema, o mesossistema e o exossistema se inserem em um macrossistema, que constitui um plano maior no qual se insere a cultura de uma nação, a política, a economia, os efeitos históricos e sociais que se refletem nos demais sistemas. Bronfrenbrenner ilustrou o paradigma bioecológico com a metáfora das bonecas russas, a saber:

FIGURA 1 – BONEQUINHAS RUSSAS

As estruturas concêntricas das bonequinhas permite que uma se encaixe perfeita-



mente na outra, pois são proporcionais em tamanhos e representam o macro-, meso, exo- e microsistema sucessivamente.

FONTE:Disponível

em:

http://0901.static.prezi.com/preview/sro67pg2yfvwnmo6ja5sjsjuqadw6rhlm5vs2o1l757hbaoxlq_0_0.png

(Acesso em 02 de julho)

O sistema político e cultural de um país se constitui em uma estrutura maior que delinea o percurso da vida dos indivíduos em seu desenvolvimento, tendo em vista os processos proximais com outras pessoas com quem formam as cooperações mentais, operam juntas princípio e valores, uma faz a cabeça da outra para que pense igual. Assim, constroem-se nas relações interpessoais recíprocas muitas parcerias denominadas de díades, influência mútua entre duas pessoas, tríades, entre três pessoas, e tétrades, quando envolve quatro pessoas ou mais.

Perpassa por esses sistemas a influência do cronossistema. O tempo de existência do indivíduo, suas experiências de vida, o tempo das pessoas de convivência que estão ao seu redor e constituem os processos proximais, o período da convivência com essas pessoas e a frequência da interação fazem com que seja co-construídas díades, tríades e tétrades.

A influência dos pensamentos, dos juízos de valores de uma pessoa sobre a outra provoca a bidirecionalidade do desenvolvimento, pois ambas aprendem, reaprendem, significam objetos e símbolos, modos de viver, ressignificam, afetam e são afetadas nestas interações. Ao interagir com o outro, o olhar de aprovação ou reprovação às ideias apresentadas no ato interativo provocam resultados que podem aprimorar a competência para determinadas ações. No entanto, dependendo do que pensa a outra pessoa, de como construiu sua subjetividade, as interações podem contribuir para acentuar os resultados das disfunções, de certas dificuldades preexistentes para lidar com as emoções, com as frustrações e demais sentimentos negativos.

Os resultados da competência ou da disfunção dependem da exposição aos processos proximais, que podem variar ao longo de cinco dimen-

sões: duração do período de contato, frequência do contato ao longo do tempo, interrupção ou estabilidade da exposição, “*timing*” da interação e força do contato. Dessa forma, pode se compreender os resultados evolutivos, em um determinado estágio do desenvolvimento, como uma função conjunta do processo, das características da pessoa, da natureza do ambiente imediato em que vive, da intensidade e da frequência em relação ao período de tempo durante o qual foi exposta ao processo proximal e ao ambiente em que ocorreu. Além disso, há que se considerar os fatores genéticos que são interdependentes de todos os processos e fatores já descritos anteriormente (Bronfrenbrenner; Evans, 2000, *apud*, Narvaz; Koller, 2005: 59).

Após essas reflexões, é possível inferir que se a criança se desenvolve em contextos familiares extremamente violentos, nos quais as pessoas, especialmente as adultas consideradas referenciais como os pais, avós, tios, irmãos mais velhos, em constante desenvolvimento, tenham sido edificadas a partir de parâmetros de violências e violações, as relações intrafamiliares podem contribuir para enfatizar as disfunções da criança ao invés de fortalecer-lhe a competência para o desempenho de habilidades pró-sociais.

Na escola, essas habilidades podem ser construídas a partir do momento em que se considere a construção de laços duradouros entre os profissionais da educação e os estudantes. Trata-se de um microssistema onde precisam ser co-construídas relações proximais que tenham como princípio educativo o diálogo, o respeito mútuo, a reciprocidade. A criança e o adolescente são pessoas em fases peculiares do desenvolvimento humano, estão passando por um processo de transição do ciclo vital que demanda um olhar atento, inclusivo, afetuoso e compromissado com uma formação humana integral e integradora das demandas socioeducacionais contemporâneas.

É oportuno considerar que no campo da psicologia e das ciências jurídicas, parece haver uma concepção consensual de que todas as estratégias possíveis precisam ser adotadas para que se oportunize às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade a permanência na casa onde mora com a família. Quando trata sobre o “papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações”, Sesca (2004) realça a importância de um trabalho socioafetivo que prime pela reestruturação das relações intrafamiliares visando à permanência da criança no lar. Chama a atenção para que os profissionais que atuam com questões envolvendo a violência entre os famili-

ares considere efetivamente a perspectiva interdisciplinar entre psicologia e direito, e fiquem atentos para não se limitar ao texto legal, precisam considerar as causas geradoras dos conflitos, aprofundar-se em investigações psicanalíticas de todos os entes familiares envolvidos, trabalhar em harmonia e numa relação dialógica com representantes do conselho tutelar, da assistência social, do juiz, entre outros profissionais, para que a violência intrafamiliar seja tratada e não punida.

Quando os familiares são chamados para o diálogo com profissionais preparados, atitudes expressas por meio de gestos, expressões faciais, olhares, quaisquer comportamentos que possam ser considerados agressivos, sádicos e violentos, podem se tornar perceptíveis para todos os envolvidos no ato interacional. Nuances de crueldade, situações corriqueiras como brincadeiras de mal gosto, quaisquer manifestações de despreço para com a criança vítima e vitimizada podem vir à tona e passar de situações camufladas, abafadas e silenciadas para se tornarem temas de diálogo franco e aberto no qual sejam desocultadas práticas culturalmente banalizadas de violências e violações.

Violência Intrafamiliar

Segundo dados do Ministério da Saúde, a violência intrafamiliar atinge parte considerável da população e repercute diretamente na saúde das pessoas a ela submetidas. Portanto, esse tipo de violência deve se considerado um problema de saúde pública, e conseqüentemente um desafio para os administradores do Sistema Único de Saúde (SUS). Espera-se que medidas de enfrentamento sejam promovidas por profissionais de diversas áreas, incluindo mobilização dos setores do governo e da sociedade civil, a fim de potencializar ações e serviços cujo compromisso é contribuir par diminuição dessa problemática (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 5). A violência intrafamiliar pode ser definida como:

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar

não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre mas também as relações em que se constrói e efetua (Ministério da saúde, 2002: 15).

A violência intrafamiliar pode ser considerada como “qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros” (BRASIL, 2002, p.10). Muitas vezes, o abuso físico e a negligência às crianças e adolescentes são cometidos, via de regra, por ação ou omissão de pessoas próximas, sendo que o homem adulto parece ser o autor mais frequente de abusos contra meninas e mulheres. Casos de violência explícita são encontrados com frequência em registros oficiais. Isso permite inferir que outras formas de violência parecem ser desconsideradas, por exemplo, a violência psicológica e a violência simbólica expressa veladamente por meio de gestos, expressões faciais, olhares que inferiorizam o outro, desmoralizam, estigmatizam-no e desqualificam sua integridade psicológica, sua dignidade e sua humanidade.

Ações corriqueiras construídas historicamente verificáveis em algumas relações intrafamiliares, conscientes ou inconscientes, muitas vezes silenciadas por parte do agressor e da vítima que passa muitas vezes da condição vítima ou vitimizada para vitimizador(a). Atitudes que contribuem para estigmatizar, excluir e não raro se torna um fenômeno cíclico na medida em que o oprimido acaba por hospedar o opressor. (Re) conhecer-se na situação de agressor ou agredido é um grande passo para libertar-se da condição de opressão e da reprodução deste ciclo que tende a autoamplificar as manifestações de violência.

Esse seria o exercício necessário a ser aprendido para cessar o processo de desumanização. Eis a proposta de uma pedagogia humanista e libertadora feita por Freire (1987), para a qual são apresentados dois momentos reflexivos de uma ação metacognitiva que pode vir a se tornar uma prática libertadora. “ O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transforma a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (Freire, 1987: 41).

A violência intrafamiliar analisada sob o prisma da retroalimentação e da recursividade como passível de reprodução por parte dos violentados pode ser manifestada de diversas formas ocultas ou explicitadas, tais como os maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou patrimoniais, causando danos à saúde e ao desenvolvimento saudável. Se não existirem recursos

para proteger a vítima, ela continuará exposta à situação de violência que possivelmente poderá representar um obstáculo para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Segundo D'Aroz (2008), “a família contemporânea tem criado formas particulares de organização, não mais se limitando à família nuclear (pai, mãe e filhos dos mesmos pais), mas a uma forma distinta e decorrente dos tempos modernos” (2008, p.19). A partir do surgimento de novas configurações familiares, a família se tornou um campo de investigação e observação do desenvolvimento humano, onde se consolidam os primeiros laços afetivos que contribuem para o desenvolvimento dos valores civilizatórios morais e éticos construtores da identidade subjetiva e delineadores do potencial para o exercício do livre arbítrio. Pensar a falta de tolerância que ocorre entre os entes familiares requer uma análise sobre a complexidade imbricada nesse novo redesenho da estrutura familiar desses tempos, tempos de respeito à diversidade sexual, à equidade de gêneros, às diferentes orientações sexuais, aos direitos humanos.

De todas as formas de violência, a mais perversa e cruel são as violências contra à infância e à juventude, pois na condição de anomia⁴¹⁵ ou heteronomia⁴¹⁶, não há saída para pessoas tão vulneráveis e indefesas, que acabam ficando a mercê do poder coercitivo de uma pessoa mais velha, ou de um adulto presente no contexto familiar, na vizinhança, na escola, na igreja, em alguns dos microssistemas nos quais interage. Num sentido mais amplo, pode-se inferir que:

A violência intrafamiliar difere da violência doméstica, da violência contra a mulher e da violência contra crianças e adolescentes. Neste último caso, é caracterizada pelo abuso do poder disciplinar e coercitivo de pais ou responsáveis, que muitas vezes se prolonga ao longo de meses e anos, sendo uma violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente em sua condição de humanidade”(Rizzini, 2006, (*apud* D’Aroz, 2012).

⁴¹⁵ Com relação à moralidade, observa-se a vigência da anomia (ausência de regras e normas) na etapa sensório-motora. Há dificuldade de reconhecer normas e regras externas e elas também não estão construídas internamente pelo bebê. Na anomia a criança não reconhece regras exteriores a ela, a não ser as suas próprias e isto está muito distante da autonomia. Regida pela anomia, a criança é guiada por desejos e impulsos que se seguem sem uma lógica.(STOLTZ, p. 19)

⁴¹⁶ “A coação é a moral do dever puro e da heteronomia: a criança aceita do adulto um certo número de ordens às quais devem submeter-se, quaisquer que seja as circunstâncias” (1965/1973: 288)

Quando os responsáveis se ausentam de casa para obter o sustento do grupo familiar, podem ocorrer consciente ou inconscientemente situações de negligência com relação ao desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens, cujos principais tipos de privação vão além das condições materiais. Nesse contexto, os pais não têm mais tempo para reforçar os laços afetivos com seus filhos e fazer valer o ideal da convivência familiar obrigatória prevista na legislação vigente. “Uma criança amada terá mais chances de atingir um desenvolvimento cognitivo, emocional pleno e saudável” (Zagury, 1996: 31).

O meio externo às interações sociais, ainda que não vivenciado diretamente, pode, por meio da convivência, influenciar o desenvolvimento psíquico e biológico das crianças e adolescentes em formação. A teoria de Bronfenbrenner nos ajuda a perceber como os diferentes contextos habitados pelos seres humanos podem ser determinantes para o desenvolvimento de todas as pessoas em interação nesses ambientes. A teoria da ecologia propõe observações e investigações da “acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos” (Bronfenbrenner, 2011: 18).

Todos os sistemas atuam direta e indiretamente na relação das crianças e adolescentes com os ambientes em que transitam (macrossistema/mesossistema/exossistema/microssistemas). Esses sistemas externos ao indivíduo, seus símbolos e signos culturais vão passando do plano inter-psíquico para o intra-psíquico dos sujeitos em convivência, dentro de um determinado período de tempo. O cronossistema pode ser considerado a partir do micro-tempo, referente à frequência contínua ou descontínua dos episódios que ocorrem por influência recebida das pessoas em interação no contexto imediato, que contribuem para o desenvolvimento dos processos proximais interativos. O mesotempo, que consiste em verificar o período em que os eventos ocorrem e o macro-tempo, no qual se considera os eventos históricos, sociais e culturais durante o ciclo vital. (Bronfenbrenner e Morris, 1998: 26).

Essas reflexões apontadas até o momento contribuíram para delinear o método para a implementação do projeto de intervenção pedagógica desenvolvido durante a participação no PDE. A escola que contribuiu para esses estudos se situa em uma localidade extremamente marcada por situações de violências manifestadas em suas diversas facetas tais como a violência física, psico-

lógica, simbólica, doméstica, intra e extrafamiliar, intra e extraescolar, que ocorrem cotidianamente e atingem diretamente os processos de ensino e de aprendizagem, de desenvolvimento humano de profissionais da educação, da rede de proteção, de pais de alunos, de membros da comunidade inserida no contexto onde se situa a instituição coparticipante.

Método

Como forma de motivar os alunos para a leitura do romance “Capitães da Areia”, foi utilizado o filme homônimo lançado recentemente⁴¹⁷. Na sala de vídeo, os estudantes assistiram ao filme e debateram situações que permitiram chegar-se a alguns temas para serem discutidos nas disciplinas de outros professores. Na sequência, foram convidados a ler o romance no laboratório de informática, tendo em vista que a escola não dispunha de recursos para adquirir em número o suficiente um livro por aluno, ainda que fosse proposta a leitura em duplas.

Após assistir-s ao filme e realização da leitura do romance, os estudantes foram convidados a participar de um debate para verificar a percepção dos participantes com relação à violências e violações sofridas pelas crianças e adolescentes no filme e no romance, no contexto intra e extrafamiliar, bem como comparar a linguagem cinematográfica e o texto escrito da obra literária.

Vários assuntos presente nas histórias dos meninos de rua de Salvador demandaram a necessidade de recorrer-se a professores de outras disciplinas para propor um trabalho articulado entre as disciplinas. Também se considerou oportuno convidar para participar da implementação deste projeto representantes das equipes multidisciplinares, pois as diversas manifestações de violência, ressaltou-se a simbólica, somados ao hibridismo cultural presente no romance, suscitaram a necessidade de trabalhar questões referentes à cultura africana e afro-brasileira, indígena, dentre outros temas melhor explicitados nos resultados e discussões.

⁴¹⁷ Gênero: Drama / Direção: Cecília Amado / Roteiro: Cecília Amado / Elenco: Ana Graciela Conceição, Elielson Santos da Conceição, Evaldo Maurício Silva, Gabriel Conceição, Heder Jesus dos Santos, Israel Gouveia de Souza, Jamaclei Conceição Pinho, Jean Luis Amorim, Jordan Mateus, Paulo Abade, Robério Lima / Produção: Bruno troppiana, Donald Ranvaud / Fotografia: Guy Gonçalves / Trilha Sonora: Carlinhos Brown.

O Caderno Pedagógico elaborado para nortear as reflexões propostas trouxe sugestões de encaminhamentos teórico metodológicos para a literatura em interfaces com os direitos humanos. Trata-se de um material didático-pedagógico elaborado a partir da verificação sobre a necessidade de inserir multidisciplinarmente o debate dos Direitos Humanos no currículo. Propõe a professores de Literatura que atuam no Ensino Médio uma articulação com os colegas de Matemática, Filosofia, Biologia, Arte, Coordenadores da Rádio Escola e do Jornal Escolar do Programa Mais Educação, à Equipe Multidisciplinar, Instâncias Colegiadas, uma intervenção pedagógica na comunidade local.

A partir de “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, são sugeridas algumas atividades envolvendo o uso de recursos midiáticos como a TV Pendrive e Laboratório de Informática. São apresentadas propostas de um trabalho com temas tais como “Violências e Violações”, “Liberdade e Ética”, “Varíola”, “HIV” e “H1N”, “Estatística” e uma análise do quadro “Os Retirantes”, de Cândido Portinari. Propicia também reflexões sobre gêneros do discurso e aspectos sociolinguísticos. Procurou abranger a comunidade local, sugeriu que a Equipe Multidisciplinar acionasse as instâncias colegiadas para verificar recursos e estratégias de atrair pais e responsáveis para assistirem à apresentação dos alunos sobre a temática da violação de direitos e a importância de cada ação individual no plano coletivo.

O Grupo de Trabalho em Rede – GTR é um oferta de formação continuada para professores da rede pública de ensino no estado do Paraná. Trata-se de um ramificação do Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE, no qual os professores participantes têm acesso à leitura e discussão do Projeto de Intervenção Pedagógica, do caderno temático pedagógico elaborado pelo professor PDE em parceria com um orientador da Instituição de Ensino Superior IES ao qual ele está vinculado. O tema do GTR proposto versou sobre a literatura em interface com direitos humanos, numa perspectiva multidisciplinar. Os professores participantes também implementaram o projeto de intervenção pedagógica em sala de aula, bem como o caderno pedagógico, debateram os resultados com demais participantes. Propuseram alterações, contribuíram com outras propostas de atividades, enriqueceram as reflexões propostas.

Por fim, elaborou-se um artigo final contendo os resultados da implementação do projeto, do caderno pedagógico e do GTR. Dentre os objetivos, pretendeu-se propor um trabalho não somente transdisciplinar com a literatura, mas também que tivesse como objetivo a articulação com o debate sobre Direitos Humanos, das violências que levam as vítimas a se tornarem vitimizadas.

Dentre os resultados destaca-se a promoção da sensibilidade para perceber práticas de violações e violências. Começaram a frequentar o Fórum de Combate à Violência Alexandre de Lima Moraes. Juntamente com representantes da rede de proteção, debateram questões como a falta de segurança, as inúmeras causas geradoras das violências, falta de vagas em creches e escolas, facilidade de acesso a drogas e armas, precarização da educação... As reflexões foram fundamentadas pelo paradigma da complexidade e bioecológico do desenvolvimento humano. Cabe ressaltar das conclusões a importância da ação transformadora que cada um tem de se empoderar como sujeito autobiográfico, capaz de escrever a história individual e social, de militar ativamente na promoção de políticas públicas voltadas para assegurar direitos cotidianamente violados.

Resultados e discussão

Alguns assuntos oriundos dos debates se referem a aspectos concernentes às religiões de matriz africana, ao uso e abuso de drogas; às motivações para o furto e o roubo como a fome, o desemprego, a falta de oportunidades referentes à escolarização e ao mercado de trabalho, ao tempo da ociosidade na infância e na juventude, a falta de atividades pedagogicamente orientadas, de áreas de lazer como parques, pistas de skate, cinema, dentre outros como programas desportivos culturais na comunidade.

Os resultados obtidos a partir da implementação do projeto sobre literatura e direitos humanos suscitaram aprofundar-se em conteúdos predominantes em outras áreas específicas. Destaca-se a política autoritária e ditatorial desenvolvida no “Estado Novo”, período da produção do romance “Capitães da Areia”, publicado em 1937, o governo repressor de Getúlio Vargas, os efeitos do Código de Menores na vida das crianças pobres e órfãs, consideradas em situação irregular, as condições sub-humanas vivenciadas no Reformatório. Os avanços obtidos nas ciências jurídicas com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990, os reflexos da doutrina da proteção integral nos atuais Centros de Socioeducação – CENSE. Demais assuntos versaram sobre os elementos químicos das drogas no organismo, a importância da força das interações humanas e do apoio dos familiares para a superação da dependência. Outros assuntos versaram sobre a discussão da estética presente em algumas obras de Cândido Portinari e gráficos estatísticos do IBGE que revelam os índices de mortalidade juvenil.

O filme “Capitães da Areia” oportunizou também discussões sobre o sincretismo religioso presente no romance, os símbolos do candomblé, dos ícones que compõem o ritmo sonoro e as

motivações religiosas da matriz africana. A história dos meninos de rua de Salvador na década de trinta vai sendo revelada ao telespectador por meio de vários personagens que ilustram arquétipos humanos edificados dentro de determinados contextos geográficos, históricos, socioculturais. Cada personagem ilustra a situação de milhares de outras crianças e adolescentes no Brasil que vivenciaram a situação do abandono familiar, do município, do Estado, da União. Cabe enfatizar que as violações de direitos no panorama do macrossistema nacional repercutem na vida individual de cada capitão da areia. Esse debate permitiu elucidar situações de violações de direitos dentro dos contextos nos quais cada um dos personagens erigiu sua subjetividade.

Para exemplificar, o personagem Pedro Bala, líder do grupo, representa uma criança abandonada devido à perda do pai, aos cinco anos de idade. A mãe não é mencionada, mas do pai morto pelos policiais em um dos movimentos de greve que liderava, o garoto fica sabendo através das histórias que ouvia de um colega de luta por direitos trabalhistas as trabalhadores do cais de Salvador, o João de Adão. O Exossistema enquanto um espaço pelo qual a criança não transita mas que influencia na construção das representações mentais parece ser determinante para delinear a trajetória de vida de Pedro Bala. Críticos comentam que as ideias comunistas do escritor bahiano Jorge Amado se presentificam nas ações de seus personagens, em especial de Pedro Bala. Ele que lidera o grupo de mais de cem meninos de rua nos anos trinta, ensinando e aprendendo estratégias de sobrevivência.

O envolvimento dos participantes teve repercussões não previstas na elaboração do projeto. Engajaram-se tanto na militância por Direitos e no exercício da cidadania que começaram a frequentar o Fórum de Combate à Violência, articularam o debate sobre a falta de segurança no município com autoridades presentes no Fórum tais como representantes do Conselho Tutelar, da Patrulha Escolar, Vereadores, professores que atuam no Núcleo da AMNorte, dentre outras autoridades com as quais tiveram a oportunidade de conhecer as atribuições de cada segmento cuja atuação é imprescindível para a promoção de políticas públicas voltadas para assegurar direitos cotidianamente violados.

A implementação do projeto aguçou nos participantes a percepção sobre formas de violações dos direitos assegurados em diversos documentos como a Constituição Federal/1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, dentre outros. Em um dos debates a respeito de como os capitães da areia não tinham por parte do Estado uma proteção que lhes assegurasse condições de um desenvolvimento humano saudável, uma aluna do terceiro ano modifica o olhar para como julgava o irmão mais novo, assassinado por estar envolvido com o uso da maconha.

Quando foram debatidas questões como a falta de vagas em creches e pré-escolas, de acesso a programas desportivos e culturais para a infância e a juventude no município, ela desabafou: *Professora, talvez então meu irmão não fosse tão 'tralha' como nós da família pensamos que fosse. Minha mãe não conseguiu vaga na creche pra ele. Então eu e ela saía pro serviço, ele ficava na rua sem ter o que fazer. Quando começou a fumar maconha, o diretor expulsou dizendo que uma batata podre apodrece as demais. Aí ele ficava a tarde inteirinha sem ter o que fazer. Começou a fumar mais maconha ainda e a usar outras drogas. Como não tinha dinheiro para comprar e sustentar o próprio vício, começou a vender. Não durou seis meses. A gente piscou o olho e quando vimos ele já tava morto com tiro.*

A negligência por parte dos familiares, a omissão por parte dos profissionais da escola, a falta de instrumentalização aos profissionais que atuam no conselho tutelar, em algumas ações da patrulha escolar e da polícia militar foram alguns elementos considerados importantes para se pensar as formas de exclusão e de falta de proteção. A inacessibilidade ao sistema de garantia de direitos contribui para aumentar os fatores de risco e fragilizar a situação de vida das crianças e adolescentes que vivem em condições de vulnerabilidade.

Verifica-se especialmente nas regiões metropolitanas microsistemas nos quais a relação da criança e do adolescente com o mesossistema está intrínseca e extrinsecamente marcada pela falta do diálogo na mediação dos conflitos, pela convivência entre pares que vivem em condições de alto risco pessoal e social, pela presença das drogas, de armas brancas e armas de fogo, e o que pode ser considerado ainda mais grave: há várias ocorrências em que as pessoas por eles respeitadas e amadas estão extremamente vulneráveis, têm comprometimento com a toxicomania, não têm acesso à clínicas de recuperação ou à tratamento terapêutico e, muitas vezes, há o envolvimento por parte de familiares com o comércio ilícito de entorpecentes.

Uma compreensão com maior profundidade em torno de temas de demanda contínua requer que tenha sido oportunizada aos profissionais da educação a formação necessária para a compreensão dos fenômenos necessários para trabalharem na perspectiva transdisciplinar, com vistas à edificação de uma subjetividade preparada para o exercício da cidadania plena. Em reflexões sobre formação continuada e a importância dessa oferta em cursos de extensão, Asinelli-Luz (2008) considera que:

A extensão, portanto, é um braço importante da universidade na comunidade, numa dinâmica de ir e vir de saberes, num diálogo permanente entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Reconhecer a extensão como fonte de conhecimento oportuniza a professores, estudantes, pesquisadores/as e comunidade interagirem, propiciando que todos/as sejamos, efetivamente, autores e protagonistas de uma nova construção social, mais solidária, ética e cidadã (Asinelli-luz, 2008: 95).

Os cursos de extensão universitária e de formação continuada precisam ter a oferta ampliada para atender às necessidades socioeducacionais dos profissionais que atuam na rede de proteção, para conselheiros tutelares, professores, pedagogos, membros de equipe diretiva das escolas, profissionais dos conselhos tutelares, da Patrulha Escolar, dos centros de apoio psicossocial/CAPS, dos centros de referência à assistência social/CRAS, dos centros de referência especializada à assistência social/CREAS. Esses atores sociais presentes nos diversos microssistemas podem atuar como protagonistas da disseminação de estratégias de prevenção e redução de danos.

A formação deve fortalecer o protagonismo para que profissionais e atores sociais aprendam como mediar conflitos assertivamente e orientar especialmente crianças e adolescente que sofrem cotidianamente práticas de violências. Ao conviverem com pessoas que também estão em situação de risco, as histórias compartilhadas no ato da interação verbal, nas trocas de narrativas, vão constituindo o universo de representações mentais de todos os presentes em um determinado ambiente.

O exossistema, os objetos e símbolos que estão nos espaços onde a pessoa em desenvolvimento não pisou, não interagiu, chega ao processo reflexivo por meio das narrativas de outrem, da mídia radiofônica, televisiva, multimidiática. Desencadeia a imaginação, os julgamentos de valores, a criatividade. O pensamento é influenciável, especialmente se as maturações psicológicas do indivíduo o colocam numa fase mais voltada para a heteronomia do que para a autonomia.

A violência sexual, debatida a partir da atuação da personagem Dalva como prostituta no romance e no filme, permite um trabalho profícuo com a temática do papel da mulher na sociedade, da precocidade com que meninas começam suas atividades sexuais sem proteção, de métodos contraceptivos, da negligência e omissão por parte da família, das necessidades de insumos básicos para a sobrevivência que leva algumas para a exploração sexual, para o aliciamento, ou para a

exploração do trabalho infantil. Outras violências discutidas se referem à pedofilia, que começa muitas vezes a partir das relações intrafamiliares, do estupro de vulneráveis, como fatores que podem desencadear psicopatologias por vezes irreversíveis além de doenças sexualmente transmissíveis.

As diversas manifestações de violência vieram à tona a partir da implementação do projeto de intervenção pedagógica. As definições de algumas categorias de violência e as punições previstas na legislação vigente correspondente foram trabalhadas. Destacam-se as mais citadas no contexto intrafamiliar a violência física, a violência psicológica e a violência simbólica. A lei 11.340/2003, inaugurada com o título “Maria da Penha” (2003), constitui-se num dispositivo legal de extrema importância para ser amplamente discutido em sala de aula.

Há vídeos disponíveis em sites gratuitos contendo como surgiu a lei, a história de vida de Maria da Penha, sua luta para acabar com a impunidade ao seu agressor. Uma luta que precisa ser disseminada aos educandos visando à promoção de uma cultura sem violência contra a mulher. A naturalização do fenômeno das agressões físicas e verbais, das humilhações que ocorrem nos relacionamentos conjugais, precisa se tornar tema de reflexão e sensibilização em sala de aula. O sociólogo Waiselfisz traz informações precisas que revelam o Mapa da Violência 2013. Aponta que “de 2001 a 2011, o índice de mulheres jovens assassinadas foi superior ao do restante da população feminina. Em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos foi de 7,1 mortes para cada 100 mil, enquanto a média para as não jovens foi de 4,1”. (Waiselfisz, 2013: 05)⁴¹⁸.

Além das agressões físicas, outra violência que muitas vezes não se percebe é a violência psicológica. As características que constituem a violência psicológica precisam ser aprofundadas, pois geralmente se percebe uma preocupação maior com a violência física que pode ser vista, porém a psicológica pode ser ainda mais perversa por ficar na maioria das vezes oculta, invisível e camuflada. Nas relações interfamiliares, muitas vezes crianças e adolescentes são frequentemente agredidos por meio de palavrões, gestos e expressões ofensivas que “menosprezam a presença e as características da criança e/ou do adolescente. Estas atitudes são consideradas fatores de risco que comprometem o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes” (Precoma, 2011, p.17).

⁴¹⁸ Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/mapa-da-violencia-2013-aponta-que-mulheres-jovens-foram-principais-vitimas-de-homicidios/> (Acesso em 08 de outubro de 2014).

Superar a cultura da violência historicamente construída no macrosistema brasileiro requer informação e formação. A escola formal é um microsistema privilegiado para fomentar a disseminação de conceitos que desocultem práticas camufladas ou explicitadas de quaisquer atitudes que configurem em agressão física, psicológica, simbólica e inferiorizem o outro. As violências que ocorrem no ambiente familiar, nas instituições de ensino, nos diversos espaços de relações interpessoais, podem ser trabalhadas em todas as disciplinas de tradição curricular a partir de temas que envolvam conteúdos presentes nos programas curriculares de forma transdisciplinar. Ações docentes podem ser mais significativas quando elaboradas pelo coletivo de professores, pedagogos, gestores, assistentes, enfim, por representantes das instâncias colegiadas tais como os membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários/APMFs, do Conselho Escolar, do Grêmio Estudantil, das Equipes Multidisciplinares.

Neste sentido, importa ressaltar a importância em se desenvolver ações no âmbito escolar que demonstrem a gestão do cuidado para com a formação humana integral e saudável, que revelem gestos virtuosos nos quais o altruísmo se sobreponha ao egoísmo e uma concepção de coletividade e pró-sociabilidade se sobreponham ao egocentrismo. Uma ação educativa engajada com a função social da escola deve ser norteada por princípios que revelem a preocupação em desenvolver em si e no outro habilidades empáticas, o sentimento planetário de que todos e todas são co-habitantes do mesmo planeta e precisam cuidar das relações humanas que se entretecem nos diversos contextos bioecológicos.

Este artigo apresentou uma experiência oriunda a partir da participação no PDE cujos reflexos nas ações docentes continuam. Propôs um trabalho articulado entre diferentes disciplinas a partir do debate entre literatura e direitos humanos. No ato da implementação do projeto de intervenção pedagógica, do caderno pedagógico, e das reflexões surgidas a partir das discussões realizadas no GTR, vários temas que enriqueceram as ideias iniciais apresentadas no projeto foram aparecendo. Dentre os assuntos considerados relevantes pelos alunos e profissionais da educação participantes, as violências intra e extrafamiliares, que vão do micro- ao macrosistema, constituem-se em temas de demanda contínua e vêm ao encontro das necessidades socioeducacionais de todas as pessoas envolvidas com o ato formativo.

Faz-se necessário pensar em projetos políticos e pedagógicos elaborados pelo coletivo da comunidade onde a escola está inserida, que tenham dentre os objetivos intensificar as discussões propostas ao longo das reflexões presentes neste artigo. Articular encontros com pais e familiares dos educandos, com profissionais da rede de proteção, Conselho Tutelar, CRAS, CAPS, CREAS,

Patrulha Escolar, lideranças religiosas e comunitárias, demais autoridades e atores sociais, para debater assuntos referentes a violências, violações, direitos humanos.

Discutir sobre a capacidade autobiográfica que cada um tem para a transformação, para o exercício de ações assertivas⁴¹⁹ de respeito, solidariedade, altruísmo, empatia, sinergia, envolvimento com o desenvolvimento humano. Levá-los a perceber nuances de negligência, diferentes tipos de agressões prejudiciais à formação humana, bem como a importância de intervir positivamente nas relações interpessoais que ocorrem nos diversos ambientes e afetam bidirecionalmente a edificação das subjetividades de todas as pessoas envolvidas nos diversos contextos bioecológicos.

Referências:

AMADO, Jorge (1937); *Capitães da Areia*, Rio de Janeiro: Record.

ASINELLI-LUZ, Araci.; PERES, Emerson Luiz (1997); “Reflexões sobre a extensão universitária e a participação da psicologia num programa de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas”, *Interação*, Curitiba, v.1, p. 179-191, jan./dez.

BRONFRENBERGER, apud LERNER, Richard M (2011). In *Bioecologia do Desenvolvimento Humano.: tornando os seres humanos mais humanos*, tradução: André de Carvalho-Barreto, revisão técnica: Silvia H. Koller, Porto Alegre:Atmed, 310 p. : Il., 23 cm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde (2001); *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Constituição (1988); *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 292 p.

_____. *Estatuto da criança e adolescente; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*.

⁴¹⁹ Assertividade neste caso pode se referir à maneira como a qual uma pessoa expressa seus sentimentos de desprezo à conduta a ação do outro, sem ofender, sem magoar, da uma forma franca, honesta, com explicações detalhadas do próprio ponto de vista que visem a respeitar o direito à dignidade do interlocutor. As palavras escolhidas para um diálogo assertivo precisam primar pela compreensão dos motivos da desaprovação de determinado gesto, atitude, forma de pensar, bem como reforçar os laços sociais e intensificar relações dialógicas de reciprocidade. Para isso se faz necessário abertura para a audiência das razões e motivações do outro. Ações assertivas contribuem para o encontro do autoequilíbrio e o desenvolvimento de habilidades pró-sociais.

_____. Lei maria da penha; Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

D'ARÓZ, Marlene Schüssler (2013); A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/> (Acesso em 18 de agosto de 2014).

FREIRE, Paulo (1987); Pedagogia do oprimido, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STOLTZ, Tania (2006); “Como avaliar a partir de Piaget : caderno temático” / Tânia Stoltz. Curitiba : Ed. UFPR.

PIAGET Jean (1965/1973); Estudos Sociológicos, Rio de Janeiro: Forense.

PRECOMA, Eliane Cleonice Alves (2011); Representações de violência reveladas por crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco social: histórias e caminhos de resiliência, Campinas, SP.

WASELFISZ, Julio Jacobo (2013); “Mapa da violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil”. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf (Acesso em 08 de outubro de 2014).